

39º Encontro Anual da ANPOCS

GT26 O pensamento social latino-americano: legado e desafios contemporâneos

Reordenamento geopolítico brasileiro no Caribe e a ampliação de seu entorno estratégico

Bernardo Salgado Rodrigues

1- Introdução

As relações internacionais do Brasil no século XXI vêm sofrendo uma substancial reorientação, em que os principais focos da política externa brasileira voltam-se tanto para os principais países emergentes do mundo como para a América Latina e o Caribe. Este projeto, construído a partir da primeira eleição do presidente Lula, em 2002, buscou uma maior inserção internacional brasileira de forma autônoma e soberana, questionando a ordem internacional e realizando alinhamentos em seu entorno estratégico e com os pólos emergentes no cenário internacional, que vem se consolidando como novos players com capacidade de modificar os tabuleiros geopolíticos mundiais.

No que diz respeito à América Latina e ao Caribe, enquadrando a região como um espaço integrado, solidário e dinâmico, em que foram priorizadas iniciativas para eliminar e abandonar as distorções do regionalismo aberto comercial da década de 1990, começando a construir uma ligação entre a América do Sul caribenha, a região andina e o Cone Sul, com eixos de integração para dentro da região, e não somente para fora. Logo, o desenvolvimento fomentado pelo Brasil na América Latina e Caribe se insere num contexto geopolítico nos marcos de um regionalismo autônomo pautado numa integração político-estratégica, compreendidos como esforços de atuar de uma forma diferente dos modelos antigos de integração.

A inserção brasileira na América Latina e Caribe vem se intensificando a partir de três pontos fundamentais: o advento de governos progressistas na região, a ascensão de novos players globais e a política externa brasileira “ativa e altiva”. Com a interlocução destes três fatores, delineia-se a hipótese do reordenamento geopolítico brasileiro no Caribe, ratificado pela construção do porto de Mariel, em Cuba, pelo projeto do Canal da Nicarágua e da criação da Celac. Assim, a escolha pelos três elementos de análise justifica-se pela sua vertente geopolítica da política externa brasileira.

O presente artigo busca demonstrar como o reordenamento geopolítico brasileiro no Caribe se apresenta na segunda metade do século XXI, apresentando os avanços, dificuldades e as perspectivas desta ampliação de seu entorno estratégico com a finalidade de fomentar o enfrentamento dos problemas estruturais latino-americanos e caribenhos. Assim, ratifica-se que a atuação em blocos fortalece a política externa brasileira na busca de engendrar uma nova ordem internacional e ter voz na governança

global, buscando na prática de uma política externa ativa, altiva e diuturna uma intensificação da política de integração.

2- Nova etapa das relações internacionais latino-americanas

A reordenação das relações internacionais contemporâneas pode ter como ponto de partida simbólico a queda do muro de Berlim. A partir desse período que se pode denominar de pós Guerra Fria, acelerou-se notavelmente o processo de globalização, com repercussões profundas sobre a estrutura do sistema internacional. Esse processo foi realizado não apenas de maneira direta, “no âmbito das ideologias e dos alinhamentos políticos e militares, mas também de maneira indireta, por meio de inovações tecnológicas e mudanças econômicas, a globalização se configurou como um abrangente e acelerado processo de transformação.” (SOUZA, 2009, p.3)

Esta nova etapa do capitalismo contemporâneo – e da influência geopolítica das grandes potências no continente – é iniciada a partir da década de 1980 com a iniciativa da globalização neoliberal¹ preconizada pelo Consenso de Washington, em que o eixo fundamental deste processo de acumulação – a financeirização da economia – se estende pela primeira vez ao longo de todo o planeta, principalmente com a abertura de novos mercados propiciado pelo colapso da União Soviética em 1991. Para Boron, a globalização não consiste no fim do imperialismo, e sim um salto qualitativo do mesmo. “Representa la transición del imperialismo clásico hacia otro de nuevo tipo, basado en las actuales condiciones bajo las cuales se desenvuelve el modo de producción capitalista.” (BORON, 2013, p.20-21)

No contexto latino-americano, a onda neoliberalizante significou a perda da autonomia na gestão econômica dos governos nacionais a partir dos impulsos às reformas de liberalização econômica pró-mercado. Da mesma forma, a geopolítica das nações ressurgiu em larga escala no mundo, principalmente com o tema da integração, e de forma

¹ Cabe frisar ainda que a primeira experiência neoliberal do mundo foi realizada em território latino-americano. Os “Chicago Boys” foi o nome dado a um grupo de economistas chilenos que formularam a política econômica da ditadura do general Augusto Pinochet, influenciados pela pós-graduação da Universidade de Chicago a partir da instrução econômica na escola de economia da Pontífice Universidade Católica do Chile. Desta forma, foram os pioneiros do pensamento neoliberal, antecipando no Chile em quase uma década medidas que só mais tarde seriam preconizadas por Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

mais intensa na América Latina, em que os Estados Unidos buscaram reforçar uma base territorial continental pela integração econômica subordinada à sua economia.

Em 1990, a “Iniciativa para as Américas” tinha o objetivo declarado da criação de uma zona de livre comércio que se estendesse do porto de Anchorage à Patagônia. O primeiro passo seria o estabelecimento de uma zona de livre comércio que incluísse o Canadá, os Estados Unidos e o México – o North American Free Trade Agreement (NAFTA) –, com ambições de englobar toda a América Latina em data futura. Fato este que foi confirmado com a iniciativa da ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, projeto de criação de um território econômico comum nos moldes estadunidenses, que faria com que “as decisões tomadas em Washington – no campo da política monetária e fiscal – tivessem um impacto maior do que têm hoje sobre a atividade econômica em toda a área.” (GUIMARÃES, 2002, p.133)

Apesar de ter sido derrotado seu grande projeto estratégico para a América Latina no século XXI, constata-se que, mesmo sem a implementação da ALCA, muitas dessas tendências se encontram presentes nas atuais políticas econômicas dos Estados latino-americanos. Ainda, os Estados Unidos realizam uma sucessão de medidas que, no fundo, almejam a consolidação de sua influência por todo o território americano. Têm-se como exemplos as assinaturas de Tratados de Livre-Comércio (TLC's) com diversos países da região, assim como a criação da Aliança do Pacífico e do Tratado Trans-Pacífico (TPP), cujos propósitos são avançar progressivamente no objetivo de alcançar a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre seus membros.

Ese pacto “pretende revivir los objetivos de la extinta ALCA con base en los Tratados de Libre Comercio (TLC) que Estados Unidos tiene firmados con los miembros del Acuerdo. En realidad se trata de un pacto contra el Mercosur y la integración regional, e de modo más expícito contra el Consejo de Defensa Suramericano de la Unasur, que, lamentablemente, favorece los planes de sus enemigos al avanzar con mucha lentitud. Es también un modo de frenar a Brasil y sus aspiraciones de convertirse en un jugador global. (BORON, 2013, p.168)

Os Estados Unidos buscam reforçar uma base territorial continental pela subordinação dos países do Hemisfério à esfera de influência estadunidense – seja

através do *soft power*² ou do *hard power*³ –, pela administração informal das economias dos Estados subdesenvolvidos, em especial da região, por meio das agências internacionais, e pela imposição de regimes democráticos liberais, formais e midiáticos para reduzir as migrações e deslegitimar o exercício do direito de rebeldia das maiorias contra a opressão econômica e a dominação estrangeira (GUIMARÃES, 2005, p.269), sendo ainda a mais vantajosa “relação ‘custo-benefício’ para o respectivo sistema cêntrico.” (GUIMARÃES, 2002, p.12)

Desde a concepção de James Monroe⁴ até Barack Obama, houve a trajetória de um expansionismo estadunidense limitado ao continente americano para um planetário. Entretanto, a América Latina continua a ser – do ponto de vista geoestratégico – a região mais importante para os Estados Unidos, fato este constatado em sua preocupação, desde seus primeiros anos como nação, em elaborar uma postura política que abarcasse desde o sul do Rio Bravo até a Terra do Fogo.

Para os Estados Unidos, a América Latina constitui seu *hinterland*, sua área de segurança militar. No século XXI, a luta pela liderança mundial centra-se na criação de novas tecnologias e na capacidade para ter acesso a territórios com os recursos naturais essenciais nos processos de produção. Historicamente, as riquezas da América Latina foram fundamentais para a conversão dos Estados Unidos em hegemonia mundial, enquanto que na atualidade a reflexão deve se pautar concomitantemente nas transformações geopolíticas internacionais, nas alterações das estratégias de expansão das grandes potências e nas mudanças das relações de poder no sistema mundial a partir do acirramento da disputa global pela acumulação de poder e riqueza.

A China é outro Estado fundamental nesta nova etapa das relações internacionais latino-americanas no século XXI, sendo necessário visualizar o seu papel como um ator de importância decisiva, com peso para afetar significativamente a geopolítica global.

2 Soft power, ou poder brando, é um termo usado na teoria de relações internacionais para descrever a habilidade de um corpo político, como um Estado, para influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais, ideológicos ou diplomáticos.

3 Hard power (do inglês poder duro) é um conceito que é principalmente usado no realismo das relações internacionais e se refere ao poder nacional que vem de meios militares e econômicos.

4 Os princípios da Doutrina Monroe – “América para os americanos (do Norte)” – salientam o início da projeção de poder dos Estados Unidos em sua área de influência direta, cabendo a América Latina ser a destinatária da primeira doutrina de política externa elaborada pelos Estados Unidos que, com suas adaptações e atualizações, orienta a conduta norte-americana até a atualidade.

Em poucos anos, a China será a maior economia do mundo, porém com sérios problemas de déficits alimentar, energético, de matérias primas e de água, elementos presentes na região. “Esto explica la creciente presencia del país asiático en Nuestra América, toda vez que el crecimiento futuro de China se encuentra trabado por aquellas falencias.” (BORON, 2013, p.219)

A garantia chinesa de recursos estratégicos para seu crescimento econômico e ampliação da capacidade militar é um objetivo prioritário. Deste modo, a China planeja aumentar a sua capacidade de influência para projeção de poder nas áreas que lhes fornecem matérias-primas críticas, especialmente combustíveis fósseis e minerais estratégicos. Tal fato constituiria uma ameaça significativa para os interesses de segurança dos Estados Unidos, o que necessariamente engendrará uma geopolítica competitiva na América Latina.

This time, however, the shift is driven not by an optimistic faith in America's capacity to dominate the world economy but by a largely pessimistic outlook regarding the future availability of vital resources and the intense competition over them waged by China and other rising economic dynamos. Faced with these dual challenges, Pentagon strategists believe that ensuring US primacy in the global resource struggle must be the top priority of American military policy. (KLARE, 2008)

Neste contexto de um sistema internacional anárquico, competitivo e assimétrico, tanto o Brasil como a América Latina e Caribe devem fincar bases em projetos de um reordenamento geopolítico autônomo e uma inserção internacional soberana. A competição internacional abre um amplo campo de interesses em conflito na região e evidencia, pelo menos, dois projetos em choque: a afirmação da soberania como base para o desenvolvimento nacional e a integração regional; e o alinhamento à reorganização dos interesses hegemônicos dos grandes centros de poder mundiais.

3- A inserção brasileira na América Latina e Caribe no século XXI

3.1 – Os governos progressistas na região

Nos anos 2000, apresenta-se um dissenso relativo de alinhamento de algumas lideranças políticas ao pensamento neoliberal que hegemonizou os Estados latino-

americanos nos anos 1980 e 1990, apesar de ser um tema bastante controverso na discussão político-econômica desses países⁵. Essa crise gerou possibilidades de ruptura na América Latina com a ascensão de forças contrárias ao liberalismo, com projetos de desenvolvimento populares progressistas que buscam nos processos de integração a “desconstrução das assimetrias regionais, com a inserção internacional mais soberana e com a ampliação da participação de componentes sociais.” (SEVERO, 2013, p.582-583)

O neoliberalismo na América Latina considerava a soberania nacional um limite à competição econômica internacional, desmontando as estruturas produtivas nacionais, desnacionalizando-as e restringindo a iniciativa do Estado nacional, limitando sua capacidade de direção, autonomia e liderança no desenvolvimento das forças produtivas. Essas práticas resultaram numa perda da capacidade de atuação estatal, transformando-o num “Estado mercantilizado, financeirizado, que arrecada recursos no setor produtivo e os transfere, em grande medida, para o capital financeiro através do pagamento das dívidas” (SADER, 2009, p.147). Elas ocasionaram uma redefinição geopolítica orientada pelo processo de globalização, de financeirização econômica e de abertura de mercados ilimitada, redimensionando e ampliando as relações de dependência e vulnerabilidade externa, diminuindo o grau de autonomia político-econômica e criando novas formas de vinculação da América Latina e Caribe à economia mundial.

Entretanto, “a nova hegemonia unipolar imperial não se dá num período ascendente do capitalismo, sendo incapaz de impulsionar um novo ciclo expansivo da economia, como ocorreu no segundo pós-guerra.” (SADER, 2009, p.54) Em outros termos, o predomínio hegemônico do neoliberalismo por duas décadas não poderia mais ser sustentado a partir das bases nas quais fora estabelecido, ensejando movimentos contra-hegemônicos e propostas alternativas de ruptura, denominado por alguns

5 Tal discussão acerca da caracterização das políticas econômicas de determinados Estados latino-americanos no século XXI é extensa e não é nosso foco principal. Deve-se ressaltar que as classificações políticas, sejam elas neoliberais, de capitalismo de Estado, de terceira via, de socialismo do século XXI, dentre outras, são abstratas e ensejam diferentes interpretações. Segundo Martins (2011, p.272), “como assinala Emir Sader (2009), a ‘toupeira’ – animal que servia de analogia a Marx para designar a natureza aparentemente oculta dos processos revolucionários e sua súbita emergência – na América Latina ressurgiu na crise política do neoliberalismo na região e reaparece nos distintos projetos de esquerda e centro-esquerda que mudam as políticas públicas e o cenário político-ideológico da região. Essas mudanças, contudo, não foram ainda suficientes para derrotar a economia política neoliberal no conjunto da região, que permanece ativa, com variações, no Brasil, ou se mantém de forma mais ortodoxa no México, Colômbia, Chile e Peru, para citar os países de maior dimensão demográfica.”

estudiosos como pós-neoliberalismo⁶. Assim, no início do século XXI, há o início de uma etapa de

hegemonia e decadência, quando o projeto neoliberal, ainda dominante, sofre modificações e adaptações em função da ascensão chinesa na economia mundial e de um consenso popular antineoliberal que provoca mudanças políticas na América Latina por meio do ressurgimento de nacionalismos de base popular ou ancorados na burocracia estatal, e enfoques de terceira via, que adaptam a macroeconomia neoliberal à políticas externas independentes e sociais compensatórias. (MARTINS, 2011, p.313-314)

Esses governos “pós-neoliberais” não deixam de possuir seus paradoxos, naturais de uma conjuntura de transformações ideológicas bruscas e repentinas. Assim, apesar de inserirem-se na institucionalidade liberal de democracia representativa, modificaram a correlação de forças em seus países, realizando a introdução de aumentos substantivos de consumo dos setores populares, introduzindo “programas de renda mínima que reduzem os níveis de pobreza extrema, ao tempo que mantêm muitos dos fundamentos de uma economia política neoliberal.” (MARTINS, 2011, p.311)

Com a ascensão de governos progressistas na região, criou-se uma janela de oportunidades, tanto no âmbito interno como externo, para o enfrentamento dos problemas estruturais latino-americanos de exclusão interna (pobreza e miséria sob diversos aspectos) e externa (periferização). Essa janela de oportunidade “é condição necessária para a criação de bases sustentáveis de expansão que se fundamentem em última instância no empoderamento econômico, social, político e cultural de seus povos.” (MARTINS, 2011, p.273-274)

Em suma, com a crise do neoliberalismo no final da década de 1990, preconiza-se a ascensão de alternativas emancipadoras, em maior ou menor medida, de alguns governos latino-americanos, que rompem com o modelo e/ou buscam readequações que lhes permitam não sucumbir com ele, seja através de políticas estatais, garantia e extensão de direitos, regulamentação do capital financeiro, construção de alianças alternativas. Ainda, esta “ressaca neoliberal” permitiu o surgimento de uma nova onda da

⁶ “O que chamamos de pós-neoliberalismo é uma categoria descritiva, que designa diferentes graus de negação do modelo, mas não ainda um novo modelo, e, ao mesmo tempo, um conjunto híbrido de forças que compõem as alianças sobre as quais se baseiam os novos projetos.” (SADER, 2009, p.64)

geopolítica das nações com a ascensão de pólos de poder localizados fora do tabuleiro das grandes potências, no qual os BRICS consistem no exemplo mais elucidativo.

3.2 – Os novos players globais

A crise mundial do capitalismo de 2008, e ainda hoje em curso, aprofundou o processo de desenvolvimento desigual, reforçando o deslocamento da produção industrial do Ocidente para o Oriente e a necessidade objetiva de uma nova ordem internacional. Os Estados Unidos estão enfrentando uma crise de liderança⁷ nas relações políticas e econômicas com seus aliados e adversários, mas isso não significa uma diminuição do seu poder estrutural. A queda de seu poder relativo não deixará para segundo plano o seu protagonismo no século XXI. Segundo Pomar (2010, p.36)

a hegemonia dos Estados Unidos sofreu um golpe, mas não acabou. A hegemonia está em declínio, mas isso não significa que tenha deixado de existir e, por outro lado, não há no horizonte nenhuma outra potência hegemônica substituta, o que nos empurra para um mundo de multipolaridade. [...] Só que isso não será um processo tranquilo, será extremamente conflituoso. Basta ver a lentidão com que se produzem reformas na arquitetura do sistema econômico e político internacional, porque uma reforma rápida significaria perda de poder por parte das potências que, por isso, retardam esse processo.

Desta forma, tal crise enseja com que os países emergentes, que não se encontram no centro de gravidade da antiga ordem econômica e política mundial, demandem e busquem o estabelecimento de um mundo multipolar através de um movimento de subversão estratégica da ordem estabelecida no médio e longo prazo. Assim, ao lado do crescimento das relações econômicas e do modo com que o primeiro mundo vem enfrentando a crise, a necessidade de transição a uma nova ordem mundial explica e justifica a unidade dos BRICS.

7 “Las razones de fondo que subyacen a este pronóstico son bien conocidas. Por una parte, la relativa pérdida de gravitación económica de Estados Unidos en comparación con la que gozaba a la salida de la Segunda Guerra Mundial. Si en ese momento su contribución al PBI mundial rondaba el 50%, en la actualidad es poco menos que la mitad de esa proporción, y la tendencia es hacia la baja, suave pero hacia la baja. El país sufre, además, de dos “déficits gemelos” (fiscal y de balanza comercial) que han adquirido dimensiones extraordinarias. El dólar norteamericano, a su vez, una vez suprimida unilateralmente su convertibilidad al oro por la administración Nixon, ha visto declinar significativamente su valor en los últimos años, y de ser la única moneda de reserva de valor se convirtió en una divisa cada vez más sostenida – no sin importantes concesiones por parte de la Casa Blanca – por sus propios rivales en la economía mundial, como China, Japón, Corea del Sur y Rusia. Una economía, en suma, en donde los hogares, las empresas y el propio Estado se encuentran endeudados en grado extremo.” (BORON, 2013, p.53)

Características dos BRICS no mundo *								
	Brasil	Rússia	Índia	China	América do Sul	BRICS	Mundo	BRICS/Mundo
Área	8.514.877 km² - 5º	17.098.242 km² - 1º	3.287.263 km² - 7º	9.596.960 km² - 4º	1.219.090 km² - 25º	39.716.432 km²	148.941.024 km²	27%
População	202.656.788 - 6º	142.470.272 - 10º	1.236.344.631 - 2º	1.355.692.576 - 1º	48.375.645 - 28º	2.985.539.912	7.200.000.000	41%
PIB/pcc (em milhões)	\$2.416.000 - 7º	\$2.553.000 - 6º	\$4.990.000 - 4º	\$13.390.000 - 2º	\$595.700 - 26º	23.944.700	87.250.000	27%
Crescimento do PIB	2,3% - 137º	1,3% - 165º	3,2% - 108º	7,7% - 14º	2% - 143º	3,3%	3,4%	Média mundial
PIB per capita	\$12.100 - 105º	\$18.100 - 77º	\$4.000 - 169º	\$9.800 - 121º	\$11.500 - 108º	11.100	10.706	Acima da média mundial
IDH	0,744 - 79º	0,778 - 57º	0,586 - 135º	0,719 - 91º	0,658 - 118º	0,697	0,702	Abaixo da média mundial
GINI	51,9 - 16º	42,0 - 50º	36,8 - 80º	47,3 - 27º	63,1 - 2º	48,22	38,5	Acima da média mundial

*Dados de 2010-2014

Fonte: CIA World Factbook, Human Development Report (United Nations), Banco Mundial (elaboración propia)

Do quadro acima, alguns elementos podem ser constatados acerca da participação dos BRICS no cenário internacional. Os cinco países juntos possuem uma área correspondente a mais de um quarto da superfície terrestre, tendo quatro dos cinco maiores países do mundo; 41% da população mundial, sendo a China e a Índia os países mais populosos; 27% do PIB/PCC global, com economias emergentes em ascensão e tomando lugar de antigas potências econômicas; seu crescimento do PIB, impulsionado pela China, corresponde a média global e um novo pólo dinamizador de crescimento. Entretanto, vale ressaltar que esse crescimento econômico, em grande parte, não tem sido acompanhado de melhorias sociais na mesma velocidade, em que seus PIB's per capita ainda são baixos, apesar de acima da média global; seus IDH's estão abaixo da média global e demonstram pouca evolução ao longo dos anos; e o GINI está acima da média global, o que demonstra uma relativa concentração de riqueza a partir desse crescimento econômico dos BRICS⁸.

As similitudes dos BRICS ratificam a iniciativa desses países no alinhamento para a mudança de seu *status quo* na hierarquia internacional: são países que ocupam posições de destaque nas suas respectivas regiões, devido ao tamanho dos seus territórios, das suas populações e à suas lideranças política e econômica dentro dos três continentes. Entretanto, suas diferenças também são marcantes: são países muito diferentes em termos culturais, alguns possuem debilidades estruturais e rivalidades intragrupos, carecem de uma agenda definida, assim como possuem suas divergências “do ponto de vista da inserção internacional, do controle de tecnologia de ponta, do

⁸ CIA World Factbook; Human Development Report (United Nations); Banco Mundial.

poderio militar e da capacidade de iniciativa estratégica autônoma no sistema mundial.” (FIORI, 2008, p.60)

Apesar das pontuais diferenças materiais e de perspectivas, ambos os países ocupam uma posição similar na ordem mundial em transição, em que necessitam, a fim de consolidar sua posição, de uma reforma multilateral de “governança”, reivindicando mudanças nas regras da “gestão” do sistema mundial e na sua distribuição hierárquica e desigual de poder e riqueza. É a partir dessas prerrogativas que a política externa brasileira no século XXI realiza sua linha de ação, no qual possui relação direta com a nova geopolítica brasileira no Caribe.

3.3 – Política externa brasileira “ativa e altiva”

A política externa brasileira “é um elemento consubstancial da construção de um projeto nacional de desenvolvimento” (GARCIA, 2010, p.26), em que a sua própria definição deve partir “de uma visão das características da sociedade brasileira, de um lado, e de uma visão das características do sistema internacional, do outro” (GUIMARÃES, 2010, p.13), na busca “para reduzir assimetrias, as desigualdades dentro da sociedade brasileira, entre os países da América do Sul e no sistema internacional.” (MELLO, 2010, p.50)

Desde a primeira eleição de Lula para a presidência, evidencia-se uma inflexão da política externa brasileira, representando “um verdadeiro protagonismo nas relações internacionais, com a intenção real de desenvolver uma diplomacia ativa e afirmativa, encerrando uma fase de estagnação e esvaziamento” (VISENTINI, 2013, p.112), cuja “nova geografia econômica” atualizou a “construção de uma nova ordem econômica internacional” (SANTOS, 2005, p.18) numa “clara visão de que era necessário reequilibrar o jogo político e econômico mundial.” (AMORIM, 2013, p.120)

A nova estratégia realizada no âmbito internacional pleiteia uma maior autonomia brasileira, contribuindo para a emergência de uma ordem internacional multipolar que reprima as investidas unilaterais e altere a correlação de forças. Para essa inserção autônoma, o Brasil busca articular um projeto nacional baseado em políticas ativas de desenvolvimento, “voltado para a superação dos desequilíbrios internos em primeiro

lugar, além de iniciativas de política externa que transcendam a esfera puramente comercial.” (SOUZA, 2009, p.23)

Para Visentini (2013, p.112), esta nova estratégia de política externa inclui “três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social. A primeira dimensão é realista, a segunda de resistência e afirmação e a terceira propositiva.” Uma visão similar a de Souza (2009, p.25), no qual

o que efetivamente mudou com a chegada da corrente autonomista ao poder foi a prioridade atribuída a três frentes de atuação [...] Primeiro, afirmar a “presença soberana do Brasil no mundo”, com o concurso do que o chanceler Celso Amorim denominou de “diplomacia ativa e ativa”. Segundo, promover a cooperação Sul-Sul, aprofundando relações “com grandes nações em desenvolvimento: China, Índia, Rússia, África do Sul, entre outras”, com o objetivo de operar “mudança na geografia comercial do mundo” e nas relações de força no mundo atual. Terceiro, a integração regional, consubstanciada na meta prioritária de “construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida. (SOUZA, 2009, p.25)

A defesa de uma ordem multipolar (BRICS, IBAS, G-4), a demanda pela democratização dos mecanismos decisórios de poder (Conselho de Segurança da ONU), a participação em vários tabuleiros de negociação comercial (Rodada de Doha, G-20), os projetos de integração regional (Mercosul, Unasul, Celac) foram processos acelerados pela atual política externa brasileira. Ou seja, essa visão autonomista “elevou dois temas à condição de eixos prioritários: um realinhamento estratégico no sentido Sul-Sul e a integração profunda da América do Sul.” (SOUZA, 2009, p.143)

A integração sul-americana é a principal prioridade da política externa brasileira, fazendo com que se exerça maior papel de influência e dissuasão nos assuntos globais ao trabalhar em estreita colaboração com seu entorno estratégico. As relações mais alinhadas, tanto em termos econômicos como políticos, contribuem para o crescimento e a estabilidade regional, além de elevar o poder de barganha nas relações internacionais com os grandes centros de poder mundiais.

A tentação de todos os governos brasileiros [desde Joaquim Nabuco, poderia ser dito] sempre foi a de ter uma relação privilegiada com os Estados Unidos, com o objetivo principal, se não único, de ressaltar nossa superioridade vis-à-vis nossos

vizinhos da América do Sul/América Latina. Hoje, a integração da América do Sul é a prioridade da política externa brasileira. (...) O Brasil não quer o papel de ‘substituto’ (*surrogate*) ou agente dos Estados Unidos na região. Queremos, sobretudo, fortalecer a América do Sul. (...) Podemos ter parcerias [com os Estados Unidos em benefício de outros países da América do Sul/América Latina], mas [essas parcerias] têm de ser muito bem calibradas. Não há porque importar [ou assumir] a carga psicológica do antiamericanismo. (AMORIM, 2015, p.394-395)

Embora a integração latino-americana seja, além de um princípio constitucional, um objetivo legítimo a partir de diferentes situações geopolíticas, tal objetivo só poderia ser atingido no longo prazo. (AMORIM, 2013, p.124) Ou seja, do ponto de vista operacional, o embaixador Rubens Barbosa assinala que “a substituição do termo América Latina pelo termo América do Sul deu às intenções brasileiras de integração e cooperação o sentido real de suas limitações e potencialidades.” (VISENTINI, 2013, p.105)

Ainda, não somente em termos geopolíticos, mas simultaneamente de identidade, a adesão do México ao Nafta, em 1992, contribuiu para erodir o conceito de América Latina⁹, “rompeu a ideia de América Latina e valorizou a ideia de América do Sul, sobrepondo a geografia à ideia de latinidade.” (SOUZA, 2009, p.40) Ou seja, ao deslocar um de seus pólos mais importantes, o México, para uma área de influência direta da “outra” América, surge um contexto de crise da ideia de América Latina na visão da política externa brasileira, ratificando e implementando o conceito de América do Sul e intensificado projetos de integração regional neste âmbito, tendo como exemplo o próprio Mercosul.

Entretanto, como ressalta Santos (2005, p.19), é importante lembrar “que ao afirmar a vertente sul-americana da identidade brasileira, não se está excluído completamente as dimensões latino-americana e continental”. A América do Sul sempre fará parte da política de integração brasileira, mas ela deve ter um olhar mais largo, de ampliação da sua área de influência para o Caribe, haja vista que “the consolidation of

9 “O conceito de América Latina consolidou-se a partir da construção de um imaginário comum por intelectuais da própria região – com o Brasil muitas vezes recebendo ou atribuindo-se um papel peculiar nessa arquitetura identitária –; mas, também, como uma representação do “outro” para a sociedade estadunidense, como um contraconceito assimétrico de suas auto-atribuídas virtudes.” (SANTOS, 2005, p.16)

South America as a political actor is an important step toward the broader integration of Latin America and the Caribbean.” (AMORIM, 2010, p.230) Tal prerrogativa política se justifica em termos históricos, geográficos, culturais, econômicos e sociais, uma vez que as similaridades dos povos latino-americanos e caribenhos prevalecem diante de suas diferenças, tanto em termos estruturais como conjunturais.

Neste sentido, duas atuações em específico constituem um marco simbólico desse transbordamento e reordenamento geopolítico no Caribe realizado pela política externa brasileira no século XXI: a postura afirmativa referente à derrocada do embargo econômico a Cuba e a posição da diplomacia brasileira no golpe contra o presidente Manuel Zelaya, em Honduras.

Not only is the Caribbean an intrinsic part of our region, but also Caribbean countries – including the English-speaking ones – and Brazil have a great deal in common [...] Brazil now has permanent diplomatic representation in every single Latin American and Caribbean country. No process of regional integration can be successful without strong bilateral actions, especially when there is a wide perception about asymmetries among the countries involved. Such is certainly the case in South America and might also be true for the whole of Latin America and the Caribbean. (AMORIM, 2010, p.230)

Dentro deste contexto simbólico de realinhamento com a latinidade, a política externa brasileira preconiza maior participação no Caribe simultaneamente em termos geoestratégicos; assim, a escolha pelos três elementos de análise no presente artigo – o Porto de Mariel, o Canal da Nicarágua e a CELAC – justificam-se por serem elementos constitutivos da política externa brasileira de vertente geopolítica, que serão analisadas a seguir.

4- Reordenamento geopolítico brasileiro no Caribe

4.1- Porto de Mariel-Cuba

Ao longo da história, a região do Caribe sempre foi palco de intensas disputas territoriais entre as grandes potências. Assim, a partir do momento em que os Estados Unidos despontaram como potência regional capaz de disputar o território das Américas

com os europeus, sua história no mundo se orientou pelas linhas gerais marcadas pela Doutrina Monroe, apenas um ano antes da Batalha de Ayacucho, que pôs fim a colonização espanhola na América do Sul.

Atualmente, o Caribe continua a ser protagonista das relações internacionais que envolvem tanto os Estados Unidos, os demais países americanos, latinos e caribenhos, e o próprio reordenamento geopolítico brasileiro na região. Como exemplo, dos dez maiores portos da América Latina e Caribe em 2014 em movimentos de carga (TEU), quatro se encontram no Mar do Caribe: Colon, no Panamá (2º), Cartagena, na Colômbia (5º), Kingston, na Jamaica (7º) e Freeport, nas Bahamas (10º)¹⁰.

Em se tratado da atuação brasileira no Caribe na conjuntura atual, o quadro abaixo demonstra a balança comercial corrente, em dólares, entre o Brasil, os países do Caribe e os três maiores parceiros comerciais no mundo, entre os anos de 2000-2014.

Balança Comercial Corrente (US\$ FOB) - Brasil e países selecionados (2000-2014)						
Países/Anos	2000	2005	2010	2014	Crescimento total (2000-2014)	Crescimento médio anual (2000-2014)
Caribe	6.320.330.889	13.381.629.458	21.930.455.899	24.698.849.381	290,78%	9,51%
CARICOM ¹	316.444.081	2.583.743.246	4.236.313.121	3.735.473.053	1080,45%	17,89%
MCCA ²	311.645.040	1.274.579.873	1.287.909.327	1.084.186.411	247,89%	8,67%
Cuba	115.337.025	284.603.099	488.288.895	568.846.225	393,20%	11,22%
México	2.467.211.726	4.917.306.185	7.574.071.016	9.032.963.434	266,12%	9,04%
Panamá	98.132.594	292.144.167	382.041.125	371.347.732	278,41%	9,28%
Venezuela	2.080.578.145	2.479.311.225	4.686.638.972	5.806.257.483	179,07%	7,08%
Colômbia	930.982.278	1.549.941.663	3.275.193.443	4.099.775.043	340,37%	10,39%
Maiores parceiros comerciais	41.477.118.918	63.567.019.357	135.690.096.900	168.421.059.913	306,06%	9,79%
China	2.307.399.914	12.189.516.341	56.381.325.447	77.960.738.995	3278,73%	26,45%
Estados Unidos	26.088.803.012	35.206.240.051	46.351.656.960	62.035.155.914	137,78%	5,94%
Argentina	13.080.915.992	16.171.262.965	32.957.114.493	28.425.165.004	117,30%	5,31%

¹ Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Turks e Caicos, Ilhas Caimán e Anguilla

² Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador

Fonte: AliceWeb

Pode-se verificar que o crescimento total e o crescimento médio anual da balança comercial brasileira com o Caribe e com os maiores parceiros comerciais são equivalentes, quando não maiores, se desconsiderado o incremento nas relações com a China (3278,73% de crescimento total e 26,45% de crescimento médio anual), que eleva exponencialmente a participação dos três maiores parceiros comerciais no conjunto. No

Caribe em particular, teve-se um crescimento total de 290,78% e um crescimento médio anual de 9,51% no período entre 2000-2014, com destaque para os países integrantes do CARICOM, com 1080,45% e 17,89%, respectivamente.

No caso específico de Cuba, o país se apresenta como o maior parceiro brasileiro¹¹ em termos de crescimento comercial no Caribe, tanto no que diz respeito ao crescimento total como o crescimento médio anual, com um aumento de US\$ 115.337.025 em 2000 para US\$ 568.846.225 em 2014, apesar de em termos de volume ainda se encontrar muito abaixo de parceiros históricos do Brasil, como México (US\$ 9.032.963.434), Venezuela (US\$ 5.806.257.483) e Colômbia (US\$ 4.099.775.043).

O aumento das parcerias comerciais tende a se elevar ainda mais mediante três justificativas: a reaproximação de Cuba com os países de seu entorno, a derrocada do embargo econômico dos Estados Unidos à ilha¹² e a construção do Porto de Mariel.

O embargo econômico estadunidense não fez com que o Brasil deixasse de pleitear um papel mais ativo no Caribe: no vácuo de poder dos EUA, cresce a influência brasileira.

Em sua visita a Cuba, em janeiro e fevereiro de 2012, a Presidente Dilma assinou diversos acordos bilaterais, além de garantir uma parceria entre os dois países para a transformação do Porto de Mariel em um dos maiores da América Latina. Serão investidos, em quatro anos, US\$957 milhões, dos quais US\$682 milhões (71%) serão financiados pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social). A obra inclui a construção de uma “Zona Especial de Desenvolvimento” de 400km², a qual servirá de plataforma para inserção das empresas brasileiras na América Central. (VISENTINI, 2013, p.128)

11 Esse aumento das relações comerciais e políticas com a ilha caribenha não são somente realizadas no âmbito bilateral entre os dois países, abarcando inclusive o Mercosul e ampliando seu escopo de integração regional. Foi assinado, em julho de 2006, um Acordo de Complementação Econômica com Cuba (ACE nº 62), que tem por objetivo impulsionar o intercâmbio comercial entre o bloco e a ilha, por meio da redução ou da eliminação de certos encargos aplicados à importação de produtos. Além disso, superando o nível comercial de suas relações, o Mercosul, em dezembro de 2010, firmou com Cuba um acordo de consultas políticas que permite a participação de Cuba nas reuniões do bloco. (APEX-BRASIL, 2011, p.14)

12 Um dos exemplos mais elucidativos das limitações impostas à economia cubana provenientes do embargo estadunidense em termos comerciais é a Lei Torricelli, mediante a qual os navios que aportam em Cuba devem ficar seis meses sem aportar nos Estados Unidos, o que prejudica o processo de logística para o país, fazendo com que os navios tenham que realizar transbordos em outros países. (APEX-BRASIL, 2011, p.29). Na mesma medida, a Lei Helms-Burton, que ordena os Estados Unidos a votar contra a entrada de Cuba em organismos financeiros multilaterais.

Da construção do Porto de Mariel, 802 milhões de dólares investidos na obra foram gastos no Brasil. Pelos cálculos, este valor gerou 156 mil empregos diretos, indiretos e induzidos no país¹³, e 80% de todos os equipamentos utilizados na construção foram brasileiros. Ou seja, grande parcela do empréstimo acabou revertida para o próprio Brasil, uma vez que o porto foi construído pela Odebrecht Infraestrutura – América Latina, em parceria com a Quality, empresa ligada ao governo cubano, trazendo receitas e gerando empregos em solo nacional.

Diferentemente do discurso propagado pela desqualificação da construção do porto, do projeto de integração regional e do reordenamento geopolítico brasileiro no Caribe, o BNDES não investiu em Mariel, ele financiou as exportações de cerca de 400 empresas brasileiras. O financiamento à exportação gera empregos no Brasil, porque não há remessa de dinheiro para o exterior; as informações do empreendimento como o valor, destino e objeto do financiamento sempre foram públicas, sendo as únicas informações não-públicas as usuais das operações bancárias, como o valor do seguro, eventuais contragarantias e as taxas que compõem a operação; os recursos que financiam exportações não concorrem com os destinados a projetos no Brasil e são providos por fontes diferentes, tanto que, em 2012, o BNDES destinou cerca de US\$ 7 bilhões para apoiar o comércio exterior e US\$ 173 bilhões para o mercado interno, não impedindo a construção de nenhum projeto no Brasil¹⁴. O próprio estatuto do Banco (BNDES), em seu artigo nº9¹⁵, determina que o apoio a investimentos diretos no exterior deve beneficiar exclusivamente empresas de capital nacional, “fazendo com que cerca de 60% do que é usado nas obras sejam produzidos no Brasil.” (SEVERO, 2013, p.599)

O fator mais determinante para a construção do porto de Mariel é sua localização geográfica, que amplia o alcance do comércio e a área de influência do Brasil. O porto

13 <http://www.cartacapital.com.br/internacional/por-que-o-brasil-esta-certo-ao-investir-em-cuba-1890.html>

14 <http://odebrecht.com/pt-br/comunicacao/noticias/quanto-mais-mariels-melhor-para-o-brasil-folha-de-s-paulo-09022014>

15 Art. 9º. I - contratar operações, no País ou no exterior, com entidades estrangeiras ou internacionais, sendo lícita a aceitação da forma e das cláusulas usualmente adotadas nos contratos externos, inclusive o compromisso de dirimir por arbitramento as dúvidas e controvérsias; II - financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País; III - financiar e fomentar a exportação de produtos e de serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior, associadas à exportação; VI - contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do País ou sua integração à América Latina.

está localizado no centro da região do Caribe e das Américas, entre o cruzamento Norte-Sul/Leste-Oeste do tráfego comercial marítimo de mercadorias, centro de uma circunferência de 1000 milhas de raio onde se localizam os principais portos da região, numa área equivalente a 450 km² situado a cerca de 45 quilômetros de Havana e a menos de 150 quilômetros do maior mercado do mundo, os Estados Unidos, e que terá capacidade para receber navios de carga do tipo Post-Panamax, que vão transitar pelo Canal do Panamá quando a ampliação deste estiver completa ou pelo Canal da Nicarágua, após sua construção.

Localização geopolítica do Porto de Mariel



Fonte: <http://www.zedmariel.com/pages/esp/Ubicacion.php>

O projeto, iniciado em 2010, poderá dotar Cuba de uma moderna porta de saída marítima e permitirá que indústrias brasileiras se instalem na ilha e aproveitem a mão de obra local, assim como os incentivos cubanos para produzir e exportar a partir de Cuba. Ainda, a *Zona Especial de Desarrollo de Mariel (ZEDM)* conta com infraestrutura e benefícios para receber empresas de alta tecnologia, tendo entrado em vigor em novembro de 2013 e recebido grupos empresariais de diversos países interessados em possíveis investimentos, como projetos de biotecnologia, indústria farmacêutica, logística, automotiva e agroalimentar¹⁶.

16 http://www.agenciaplano.com/por/noticias.php?cod_noticia=42

Dentre as revitalizações realizadas no Porto de Mariel, foi instalado um Terminal Internacional de Contêineres – com capacidade de movimentação de 1 milhão de contêineres (TEU) por ano –, dragagem do Canal de Entrada e da Bacia de Manobras, construção de 700 metros de cais para o Terminal de Contêineres, um centro de carga, pátios, redes de abastecimento de água e tratamento de resíduos e toda a infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica, além da melhoria da estrutura logística destinada ao Porto, no qual foram construídos 11 km de estradas e linhas ferroviárias de conexão¹⁷.

O Porto de Mariel pode representar uma aproximação significativa entre os mercados do Brasil, da América do Sul e da América Central, reduzindo o custo de operações logísticas, ampliando as relações comerciais e a inserção brasileira no Caribe, historicamente pequena. Provavelmente, com a vinda de empresas brasileiras para se instalarem no Porto de Mariel, haverá uma maior presença comercial do Brasil, não só em Cuba, mas em toda a região.

Essas são as prerrogativas principais da importância substancial para o Brasil do Porto de Mariel: se tornar parceiro econômico de primeira ordem de Cuba, considerada um mercado em potencial para empresas brasileiras; auxiliar na atualização do modelo econômico cubano, onde na Zona Especial de Desenvolvimento Econômico as empresas poderão ter capital 100% estrangeiro; a localização geoestratégica do porto no Caribe e no mundo; sua resignificação quando o embargo econômico acabar e forem retomadas as relações diplomáticas entre EUA e Cuba, podendo tornar o Porto de Mariel um dos mais movimentados das Américas.

4.2- Canal da Nicarágua

Na virada do século XIX, a partir da influência e supremacia do poder naval inglês no mundo, o oficial da marinha estadunidense, Alfred Mahan, salienta a necessidade dos Estados Unidos intensificarem seu poder marítimo – *Sea Power* – caso almejassem o posto de grande potência mundial. Assim, constata que, uma vez que os EUA possuem duas frentes oceânicas – o Atlântico e o Pacífico –, haveria a necessidade de concentrar toda sua frota em um único ponto e com rapidez do traslado. Ou seja, como

¹⁷<http://odebrecht.com/pt-br/odebrecht-infraestrutura-america-latina-conclui-a-revitalizacao-do-porto-mariel-em-cuba>

afirma Trias, “son los conceptos de Mahan los que sustentan, doctrinariamente, la apertura del Canal de Panamá y erigen a éste en llave de la estrategia defensiva norteamericana.” (TRIAS, 1969, p.47)

A partir de las premisas, Mahan dedujo la necesidad de construir un canal en el istmo centroamericano para facilitar el tráfico comercial y garantizar, en caso de conflictos, el traslado de la flota de guerra estadounidense de una costa a la otra, dado que la travesía por el Estrecho de Magallanes insumía, en esa época, más de sesenta días de navegación. (BORON, 2013, p.82-83)

Em 1903, os Estados Unidos auxiliam a revolução no Panamá a fim de separar a região do istmo da Colômbia e ensejar, assim, a imediata assinatura e construção do canal¹⁸, cuja inauguração foi realizada em agosto de 1914. Desta forma, o absoluto domínio do Golfo do México e do mar das Antilhas, o “Mediterrâneo Americano”, seria de crucial importância para a segurança desta área. No plano geopolítico e estratégico, a construção de um canal interoceânico na cintura do continente americano transformou os Estados Unidos numa grande potência marítima – em termos de marinha mercante e de guerra – e insular: a ilha-continente do hemisfério ocidental (MELLO, 1999, p.15), calcando as bases para a consolidação da hegemonia norte-americana no hemisfério norte ocidental e, posteriormente, mundial.

Ou seja, desde o século XIX esta conexão fluvial despertou o interesse de potências como Estados Unidos, França e Inglaterra, que viam inúmeros benefícios econômico-comerciais na criação de uma rota de comércio interoceânica. Entretanto, a Nicarágua, e não o Panamá, sempre foi a primeira opção à época, tanto para os estadunidenses quanto para os europeus que empreenderam a corrida pelos canais. No século XXI, o desenvolvimento deste canal na Nicarágua será realizado não pelas potências do século XX, e sim por um país emergente no cenário internacional: a China.

O Grande Canal Interoceânico é um megaprojeto realizado pela empresa chinesa HKND – que terá sua concessão prevista de 50 anos pelos direitos de construir o canal e outros 50 para administrá-lo – e avaliado em 50 bilhões de dólares, com inauguração

18 “En esa oportunidad, las autoridades “independientes” de Panamá concedieron a Estados Unidos los derechos a perpetuidad del canal y una amplia zona de ocho kilómetros a cada lado del mismo a cambio de la irrisoria suma de 10 millones de dólares y una renta anual de 250 mil dólares. Esta situación sería modificada gracias al Tratado Carter-Torrijos, firmado en 1977, que devolvería el canal a la soberanía panameña el 31 de diciembre de 1999.” (BORON, 2013, p.83)

prevista para 2020 e concebido para concorrer com o Canal do Panamá, sendo mais longo, largo e profundo. O Canal da Nicaraguá terá uma extensão de 278 quilômetros, atravessará a Nicaraguá do Pacífico ao Caribe, e terá largura entre 230 e 520 metros, com uma profundidade de 30 metros. (HKND Group, 2014)

Canal da Nicaraguá



Fonte: <http://redelatinamerica.cartacapital.com.br/o-canal-da-nicaragua-e-o-risco-de-um-novo-imperialismo/>

O Canal terá início na foz do rio Brito na costa do Pacífico nicaraguense e passará até o rio Punta Gorda na costa do Mar do Caribe, sendo construídos portos de águas profundas nestes dois extremos do canal. Os trabalhos necessários para viabilizar o canal incluem uma série de desvios que tornarão o San Juan navegável para embarcações de grande porte, além das obras no Lago Cocibolca, sendo a principal delas a conexão, através do Istmo de Rivas, que ligará o lago com a costa do Pacífico.

Localização do projeto



Fonte: HKND Group.

Para os idealizadores do projeto, inúmeros são os argumentos favoráveis a sua implementação: grande participação do volume de comércio marítimo em relação ao comércio total mundial (90%); aumento das relações comerciais entre a América Latina e a Ásia; busca pelas companhias de navegação em ganhos de eficiência cada vez mais exigentes e reduções de custos; sua localização geográfica no Caribe, tendo como exemplo a proximidade ao Porto de Mariel, além de abrir trânsito à margem dos EUA via Canal do Panamá; e, especificamente para a Nicarágua, o projeto proveria uma infraestrutura que estimularia o desenvolvimento em todo o país e geraria múltiplos efeitos positivos no crescimento econômico.

Em comparação ao Canal do Panamá, o Canal da Nicarágua será capaz de acomodar navios Super Post Panamax até cerca de 23,000 TEU, aumentando a circulação da quantidade e do tamanho dos navios, além de desafogar o congestionamento do Canal do Panamá e fornecer uma rota marítima mais curta para cargas sensíveis ao tempo de combustível, diminuindo os custos de transporte, melhorando a eficiência e a segurança da navegação. Em outros termos, “with the rapid increase in East-West trade volume and increasing ship sizes, there is a sufficient justification for a second Interoceanic Canal

spanning Central America. The trend of increasing ship size alone demonstrates there is a huge market potential for the Nicaragua Canal.” (HKND Group, 2014)

Dentre as críticas ao projeto, alega-se que não foram apresentados os estudos de viabilidade econômica, comercial e de impacto ambiental¹⁹. Neste último aspecto, temem-se os danos que sofreria o lago da Nicarágua, de mais de 8.000 quilômetros quadrados, uma vez que mais de um terço – 105 quilômetros do traçado – atravessam o lago, o que demandariam gigantescos serviços de dragagem, colocando em risco a bacia hidrográfica que fornece água para a maior parte da população. Na parte caribenha, além dos impactos na reserva ambiental de Punta Gorda²⁰, o tráfego gerado por superpetroleiros e navios de carga poderia ameaçar o ecossistema marinho. O canal dividiria em dois o Corredor Ecológico Mesoamericano, uma rede independente de reservas e outras terras que se estende do extremo sul do México até o Panamá. Ainda, as comunidades rurais do sul do país estão preocupadas com as transformações no leito do Rio San Juan²¹ e em como serão afetadas, uma vez que existem muitas famílias de pequenos camponeses que tem no rio o seu meio de subsistência. Os críticos também alegam que isso deslocaria dezenas de milhares de nicaraguenses, incluindo povos indígenas, pois o canal passaria pelos seus territórios.

A mudança nas relações econômicas entre a Ásia e a América Latina é um fato novo e de enorme importância para o redesenho da geometria econômica internacional. Pela primeira vez na história do sistema mundial, as relações entre países emergentes adquirem uma intensidade e dinamismo direto e expressivo. Estes mega-projetos representam a reorganização da geopolítica na região. A movimentação chinesa não é um projeto a ser implantado, é um projeto em curso, que depende do não alinhamento automático aos EUA e da preservação dos governos populares, para reorganizar a hegemonia do comércio na região e alavancar o desenvolvimento latino-americano. Entretanto, a fim de se evitar um novo tipo de dependência, como ocorreu com o Panamá em relação aos EUA quando foi inaugurado em 1914, é importante o envolvimento de outros países, como o próprio Brasil. Assim,

19 <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Sem-estudo-de-impacto-ambiental-e-economico-projeto-chines-de-canal-da-Nicaragua-preocupa-especialistas/3/33551>

20 <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/01/canal-da-nicaragua-sera-concorrente-para-o-do-panama-4691627.html>

21 <http://redelatinamerica.cartacapital.com.br/o-canal-da-nicaragua-e-o-risco-de-um-novo-imperialismo/>

o Brasil terá que descobrir um novo caminho de afirmação da sua liderança e do seu poder internacional, dentro e fora de sua zona de influência imediata. Um caminho que não siga o mesmo roteiro das grandes potências do passado, e que não utilize a mesma arrogância e a mesma violência que utilizaram os europeus e os norte-americanos para conquistar suas colônias e protetorados. (FIORI, 2014, p.279)

Com a transformação da China, do sudeste asiático e da Bacia do Pacífico no espaço mais dinâmico da economia mundial, alinhado com um papel mais ativo da China na América Latina e Caribe, a revalorização geopolítica e geoeconômica da região se apresenta como tabuleiro relevante da competição global entre os Estados Unidos e a China, e da competição regional destes dois países com o Brasil.

Como afirma Fiori²², esta nova situação obriga o Brasil a redefinir sua estratégia e o cálculo de custos do seu próprio projeto de integração regional, incluindo maior inserção tanto na América do Sul como no seu acesso ao Oceano Pacífico e ao Mar do Caribe. Desta forma, se trata de um processo que não pode ser avaliado apenas pelos seus resultados econômicos, porque envolve aspectos geopolíticos mais complexos e globais. Uma disputa que começa no Mar do Caribe, mas se projeta e prolonga na luta pela liderança política, econômica e estratégica da América Latina e Caribe.

4.3 – CELAC

O avanço de governos progressistas, desenvolvimentistas, populares e/ou integracionistas alinhados a uma reorientação da política externa brasileira engendraram uma mudança no processo de integração distinto do regionalismo aberto, propondo assim um regionalismo autônomo. Muitas de suas iniciativas propõem um regionalismo estratégico no qual se coloca em questão como objetivo a construção da soberania, colocando a região como um eixo importante na construção de um mundo multipolar. Neste contexto, a criação da CELAC é um ponto interessante a ser analisado.

A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) tem origem na “Declaração da Cúpula da Unidade”, – como patrimônio histórico do Grupo do Rio e da CALC – adotada pelos Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe durante reunião de Cúpula em 2010. Naquela ocasião, houve consenso em

22 <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Geografia-e-estrategia/32513>

constituir um novo mecanismo de concertação política e integração, que abrigará os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe²³, que deverão trabalhar sobre a base da solidariedade, da inclusão social e da complementaridade.

Na primeira Cúpula, realizada em 2013, em Santiago, Chile, buscou-se desenvolver os procedimentos institucionais a fim de acelerar a integração regional e modelar as próximas reuniões da CELAC, através da aprovação da Declaração de Santiago²⁴. Assim, foi reforçada a necessidade da integração política, socioeconômica e cultural da região, promovendo o controle e reajuste do mercado, o combate ao crime organizado e tráfico de drogas, e a administração de segurança alimentar.

Em sua segunda cúpula, realizada em janeiro de 2014, em Havana, a CELAC buscou estreitar laços, colocar-se como uma alternativa aos atuais foros diplomáticos e consolidar uma agenda genuinamente latino-americana, uma articulação sem a presença dos EUA e Canadá. Dentre as resoluções mais importantes do encontro, houve a possibilidade do convite de adesão de Porto Rico à CELAC, reiterando o caráter latinoamericano e caribenho deste país. Outro ponto foi o apoio a Cuba contra o embargo econômico estadunidense que dura mais de 50 anos, sendo considerado um anacronismo por todos os Estados da região.^{25 26}

Mais recentemente, um fórum de cooperação entre a China e a CELAC foi fundado, em julho de 2014. Assim, este fórum busca ter um impacto profundo no desenvolvimento futuro das relações sino-latino-americanas e caribenhas, com a finalidade de fortalecer a unidade e a coordenação política, assim como promover a cooperação sul-sul e diálogos sobre agendas comuns. Deste foro, ocorreu, em janeiro de 2015, a I Reunião Ministerial do Foro CELAC-China²⁷, em Pequim. Dentre os principais

23 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20742:comunidade-dos-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac&catid=480&Itemid=164

24 <http://www.celac2015.go.cr/declaracion-de-santiago-de-la-i-cumbre-celac/>

25 <http://m.operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/33671/em+sua+segunda+cupula+celac+se+consolida+com+agenda+propria+para+america+latina.shtml>

26 http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5715:declaracao-conjunta-da-cupula-de-brasilia-de-lideres-da-china-e-de-paises-da-america-latina-e-caribe-brasilia-17-de-julho-de-2014&catid=42&Itemid=280&lang=pt-BR

27 O Foro CELAC-China é o primeiro mecanismo de interlocução externa formalizado pela CELAC com um país em desenvolvimento, sendo mais um mecanismo para promover o comércio e o investimento recíprocos, ratificando o maior relacionamento entre a China e a América Latina e o Caribe na segunda metade do século XXI. Em particular, o Brasil possui um papel fundamental nesse fortalecimento dos dois

documentos aprovados, o principal foi o Plano de Cooperação CELAC-China 2015-2019, que lança diretrizes para a ação comum em uma variedade de temas, do comércio às políticas sociais, com ênfase na cooperação em ciência, tecnologia e educação. Ainda, as ações de cooperação podem assumir configurações envolvendo um pequeno número de países até a totalidade dos membros.²⁸ A meta prevista para o comércio é de US\$ 500 bilhões e os investimentos recíprocos devem alcançar US\$ 250 bilhões em dez anos, com ênfase especial em alta tecnologia e produção de bens de valor agregado.²⁹

Na terceira Cúpula, realizado em janeiro de 2015, em San José, Costa Rica, o principal documento foi o Plano de segurança alimentar, nutrição e erradicação da fome³⁰, cuja principal meta é atingir a erradicação completa da fome até 2025, reafirmando o direito à alimentação como direito básico, ensejando importantes passos na direção da integração regional e do combate à pobreza e à exclusão social. Assim, a CELAC confirma seu papel de espaço privilegiado para o intercâmbio das diversas experiências de políticas públicas voltadas para a inclusão social que vêm sendo adotadas pelos Governos da região, no qual o combate à fome e à miséria no Brasil são exemplos.

Uma vez que a formação do grupo é muito recente, as expectativas quanto a seu futuro são ainda incertas. Ainda assim, cinco ideias principais podem ser constatadas desse projeto de integração regional que engloba toda a América Latina e Caribe: 1 - projeto de integração de reconhecimento de uma construção mais flexível, com um fórum latino-americano e caribenho, com aceitação de todos os países; 2 – complexidade oriunda de sua multiplicidade de níveis e temas, o que demandará um pensamento político-estratégico conjunto de toda a região; 3 – viabilidade da construção de uma coletividade no futuro; 4 - participação do Caribe como essencial, uma vez que essa região é usualmente tratada como um tema a parte nos processos de integração regional até então, a despeito de sua importância geopolítica tanto para a América do Sul como para a América Central; 5 – cautela com as expectativas no curto prazo, em que podem lograr resultados não muitos satisfatórios uma vez que consiste num processo que

continentes, por ser o maior importador e exportador da China na região, o principal destino de investimentos chineses e *player* estratégico de uma nova agenda global, com os BRICS.

28 <http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/24-brasil-china/106-reunidos-pela-primeira-vez-celac-e-china-lancam-um-amplo-programa-de-cooperacao>

29 <http://blog.planalto.gov.br/grupo-celac-china-decide-ampliar-investimentos-mutuos-a-us-250-bilhoes-em-dez-anos/>

30 <http://www.celac2015.go.cr/plan-de-accion-de-la-celac-2015/>

engloba todos os países da região e, assim, há a necessidade de um maior poder de articulação entre suas diversas instâncias.

A construção da CELAC insere-se num contexto histórico de tentativas de criação de projetos de integração regional na América Latina. Como demonstra o quadro abaixo, – ainda que bem simplificado – pode-se realizar uma síntese dos diferentes padrões de integração na América Latina e Caribe, apontando quatro momentos distintos até os dias atuais a partir de aspectos como modelo econômico, paradigma, metodologia, tipo de integração e alguns de seus principais exemplos.

Padrões de integração na América Latina e Caribe

Aspectos	1º Padrão de integração	2º Padrão de Integração	3º Padrão de Integração	4º Padrão de Integração
Modelo econômico	Industrialização via substituição de importações	Promoção de exportações	Liberalismo e abertura econômica	"Regionalismo autônomo"
Paradigma	Desenvolvimentista e estruturalista	Desenvolvimentista e estruturalista	Livre comércio	Cooperação e flexibilização
Metodologia	Planificação	Planificação flexível	Reduções Tarifárias	Desenvolvimento de áreas comerciais
Tipo de integração	Econômica	Econômica	Econômica	Política e econômica
Principais exemplos	MCCA - Mercado Comum Centro-Americano ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio ODECA - Organização dos Estados Centro-Americanos	CARICOM - Comunidade do Caribe SELA - Sistema Econômico Latino-Americano GRUPO DO RIO ALADI - Associação Latino-Americana de Integração	MERCOSUL - Mercado Comum do Sul CAN - Comunidade Andina SICA - Sistema de Integração Centro-americana HIRSA - Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana	UNASUL - União de Nações Sul-Americanas ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

Fonte: elaboração própria.

Na tabela abaixo, pode-se visualizar um pequeno resumo das principais características da CELAC no que tange ao 4º padrão de Integração, analisando-a a partir do que fora exposto e da interpretação realizada no presente trabalho, baseando-se na necessidade de uma integração não somente de cunho econômico, mas também político-estratégico.

Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos					
Ano de criação	Nº de países membros	Forma de integração	Princípios	Objetivos	Características
2010	33	Política	*Solidariedade, inclusão social e complementaridade	* Construção de agenda latino-americana	* Pensamento político-estratégico conjunto de toda a região
					* Multiplicidade de níveis e temas
				*Cooperação Sul-Sul	* Sem a presença de Estados Unidos e Canadá
					* Resoluções aprovadas por unanimidade

Fonte: elaboração própria

Fundamentalmente, a CELAC propõe-se a ser um grupo cujo papel é essencialmente político. Contribui para isso o processo decisório do bloco: todas as resoluções precisam ser aprovadas por unanimidade, fazendo com que cada um dos 33 Estados-membros esteja investido de poder de veto. Concomitantemente, espera-se aproveitar amplamente este novo projeto de integração para realizar diálogos coletivos sobre assuntos políticos, econômicos, comerciais, sociais e diplomáticos, buscando uma nova modalidade cooperativa a fim de que os países latino-americanos e caribenhos possam complementar-se e chegar a um desenvolvimento comum.

Para o Brasil em particular, a CELAC corresponde a um dos projetos de integração regional que propõem o multilateralismo nas relações internacionais e projeção de poder através da similitude entre seus países, seja em bases geográficas, históricas, lingüísticas, culturais e sócio-econômicas. Além disso,

dados do Ministério das Relações Exteriores mostram que o Brasil mantém embaixadas permanentes em todos os países-membros da CELAC. O volume de comércio com os países da região aumentou cerca de quatro vezes no período de 2002 a 2010, e o intercâmbio comercial do Brasil com a América do Sul, a América Central, o México e o Caribe atingiu US\$ 78 bilhões em 2010. (SILVA; SILVEIRA, 2012, p.443)

Dessa maneira, a construção da CELAC apresenta-se como fundamental para a construção de uma integração político-estratégica de toda a região sob os moldes de um regionalismo autônomo – uma vez que contrasta com os ideais principais do denominado regionalismo aberto, além de excluir os Estados Unidos e Canadá de suas reuniões –, consistindo num passo importante para maior conexão entre América Latina e Caribe e formulando uma identificação de uma nova regionalização.

5 - Conclusão

O Brasil se apresenta no início do século XXI como um dos grandes emergentes da nova geometria econômica e política internacional, ampliando seu poder regional em função dos objetivos estratégicos da sua política externa ativa e altiva. A política externa brasileira no início do século XXI buscou estabelecer relações diplomáticas, políticas e comerciais nos mais diferentes tabuleiros geopolíticos mundiais. Como alguns exemplos: observa-se a relação com os países emergentes mais importantes com maior diálogo a partir dos sucessivos encontros e acordos dos BRICS; com o Oriente Médio, a partir da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) e com a África, a partir da Cúpula América do Sul – África (ASA); com o sul geográfico e a união entre o Oceano Atlântico e o Oceano Índico, através do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS); e com seu entorno estratégico, seja ele sul-americano, com a ampliação e aprofundamento do Mercosul e criação da Unasul, ou latino-americano e caribenho, com a criação da CELAC, a derrocada do embargo econômico cubano, a Missão de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e demais projetos políticos, sociais e econômicos.

No contexto de reordenamento geopolítico brasileiro no Caribe, como analisado no presente artigo, a construção do porto de Mariel, segundo alguns especialistas, é crucial para a inserção de Cuba novamente no sistema interamericano e para a transição e dinamização do regime socialista, assim como da presença do Brasil numa região geograficamente estratégica e velha esfera de influência estadunidense. Da mesma maneira, a criação do Canal da Nicarágua, com participação da China, enseja novas frentes futuras de comércio com o Pacífico e abre uma janela de oportunidades para os países latino-americanos e caribenhos, dependentes única e exclusivamente do Canal do Panamá. Da mesma maneira, a criação da CELAC como uma plataforma para realizar diálogos coletivos sobre assuntos políticos, econômicos, comerciais, sociais e diplomáticos, buscando uma nova modalidade cooperativa e complementar a fim de se estabelecer um desenvolvimento comum, também consiste num processo fundamental para a construção de uma integração político-estratégica de toda a região.

Assim, o impacto da América Latina no mundo tende a aumentar caso o Brasil assumira o papel de grande player regional e internacional, de motor da expansão econômica pretendida da região. Desta forma, deve cooperar com os maiores e menores Estados, mas se fortalecendo como centro polarizador e dinamizador, econômico e

político. A justificativa do reordenamento geopolítico brasileiro no Caribe consiste num projeto de desenvolvimento e integração que engloba características tanto geográficas como em termos de latinidade, tanto econômicas como comerciais, tanto políticas como estratégicas.

Essa identidade e unidade latino-americana não seriam o simples sentimento fraterno por uma comunidade de origem e de idioma, e sim um sentido de autonomia e projeção para o futuro. Se há divisão, maiores serão os obstáculos ao desenvolvimento, cujo caminho inclui a integração latino-americana e caribenha, que deve ser compreendida como um projeto, e não como um evento. Assim, um comprometimento político-estratégico é importante na determinação do modelo desejado e na continuidade dos processos. Deve-se assim realizar um salto estratégico nos projetos de integração na região, onde o desenvolvimento, a inclusão social e a redução das desigualdades são os objetivos a serem alcançados.

Referências bibliográficas

AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, p.214-240, 2010.

_____. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.

_____. **Teerã, Ramalá e Doha**: memórias da política externa ativa e altiva. São Paulo: Benvirá, 2015.

APEX-BRASIL, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. **Cuba**: perfil e oportunidades comerciais. Brasília, 2011.

BORON, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2013.

FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luís; SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.

_____. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. A política externa brasileira. In: JAKOBSEN, Kjeld (Org.). **A nova política externa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 25-32

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **Quinhentos anos de periferia**. 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/Contraponto, 2002.

_____. Uma política externa para enfrentar as vulnerabilidades e disparidades. In: JAKOBSEN, Kjeld (Org.). **A nova política externa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 13-24.

HKND Group. **Nicaragua Canal Project Description**. Hong Kong, 2014.

KLARE, Michael. **The new geopolitics of energy**. New York: The Nation, 2008. Disponível em: <<http://www.thenation.com/article/new-geopolitics-energy>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, Fátima. Uma avaliação a partir do movimento social. In: JAKOBSEN, Kjeld (Org.). **A nova política externa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 49-54.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

POMAR, Valter. Um PAC latino-americano. In: JAKOBSEN, Kjeld (Org.). **A nova política externa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. p.33-38

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G.. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p.1-20, jul. 2005.

SEVERO, Luciano Wexell. A importância estratégica da Venezuela no Mercosul. In: GADELHA, Regina Maria A. F.. **Mercosul a Unasul - avanços do processo de integração**. São Paulo: Educ, 2013. p. 573-606

SILVA, André Luis Reis; SILVA, André Luis Reis. Da ALCA à CELAC: o Brasil e os desafios da integração continental. **Brazilian Journal Of International Relations**, Marília, v. 1, n. 3, p.425-447, set. 2012.

SOUZA, Amaury de. **A agenda internacional do Brasil: A política externa brasileira de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

TRIAS, Vivian. **Imperialismo y geopolítica en América Latina**. Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez, 1969.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil: 1930-2012: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.